Alimento — direito ou commodity?

Considerada um dos maiores esforços despendidos pela FAO em seus 51 anos de vida, a reunião da Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma, ganhou cunho histórico ao referendar o compromisso de assumir como obrigação moral e política a tarefa de, antes de 2015, diminuir à metade a dramática cifra de 800 milhões de pessoas para as quais a alimentação não passa de utopia (e não nos esqueçamos de que o Brasil contribui com 15 milhões para este total). Assim, na última das cúpulas que antecederam o fim do milênio, governantes de todo o mundo lavram o direito de toda pessoa ter acesso a alimentos sadios e nutritivos.

As discussões travadas na Cúpula Mundial sobre Alimentação e no Fórum das ONGs, ambas realizadas no final de dezembro em Roma, revelam a verdadeira face das duas correntes que nortearão as negociações futuras no agribusiness internacional. Os resultados desses encontros e seus desdobramentos ganharam pouco espaço na mídia brasileira, com somente algumas informações dispersas e superficiais.

Em torno da importância política da Cúpula, os números falam por si. Dos 195 países do planeta, 186 marcaram presença física, dos quais 41 foram representados por seus próprios presidentes, 15 pelos vice-presidentes, 41 por primeiros-ministros e 57 por ministros de áreas pertinentes ao tema. Dos países-membros da FAO, somente dois não participaram com representantes diretos.

Considerada um dos maiores esforços despendidos pela FAO em seus 51 anos de vida, a reunião da Cúpula ganhou cunho histórico ao referendar o compromisso de assumir como obrigação moral e política a tarefa de, *antes de 2015, diminuir à metade a dramática cifra de 800 milhões de pessoas para as quais a alimentação não passa de utopia (não nos esqueçamos de que o Brasil contribui com 15 milhões para esse total).* Assim, na última das Cúpulas que antecederam o fim do milênio, governantes de todo o mundo lavram o direito de toda pessoa ter acesso a alimentos sadios e nutritivos.

Os pontos marcantes da Cúpula foram a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar, documento político cuja redação consumiu mais de um ano, e a aprovação do Plano de Ação, largamente elaborado pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial (esses documentos aparecem em box nesta matéria).

Já o Fórum das ONGs contou com 1.200 representantes de diferentes organizações distribuídas por 80 países do mundo, que aprovaram um documento de conteúdo bastante polêmico intitulado "Proveito de todos e não de poucos: soberania e segurança alimentar para eliminar a globalização do homem", que considera a segurança alimentar como possível e reivindica o "direito humano fundamental ao alimento".

Dentro de uma cultura muito atuante de rompimento com o *status quo*, as ONGs trazem como proposta inovadora a adoção de um modelo alternativo, de preferência ao atual, que elas analisam como "baseado na concentração de renda e poder", através da elaboração de um "código internacional de conduta" que regule a aplicação do direito ao alimento.

Apesar de buscarem objetivos comuns, a Cúpula Mundial sobre Alimentação e as ONGs adotam caminhos diferentes. Os posicionamentos de ambos revelam discordâncias profundas. Em jogo estão dois princípios opostos: o absolutismo do livre mercado e a soberania alimentar.

A aceitação pura e simples do primeiro princípio significa ignorar o poder de fogo das grandes empresas transnacionais para influenciar o mercado com estratégias de preços, ofertas e estoques. O segundo, por sua vez, leva em conta a temeridade de uma desestruturação das economias agrícolas para os países em desenvolvimento, com crescente dependência de importações pagas, que exaurem suas parcas divisas disponíveis.

A questão da tecnologia

Existe ainda a área nebulosa que envolve a questão tecnológica. Julian Simon, em recente artigo publicado no influente periódico *The Wall Street Journal*, afirmou que com a tecnologia disponível hoje na produção agropecuária, o homem pode alimentar uma população crescente por séculos. Ele cita dados do USDA para mostrar que a produção *per capita* de alimentos vem crescendo desde 1950.

Simon vai mais longe e afirma que, embora a produção de alimentos tenha crescido, a proporção da força da mão-de-obra na agricultura declina em todo o mundo. Do mesmo modo, conclui que a produtividade dos trabalhadores e das áreas agricultáveis aumenta graças à mecanização e às inovações tecnológicas. Isso faz com que os produtores aperfeiçoem as práticas gerenciais em ambiente de maior liberdade econômica, orientando a produção para o mercado, com melhor uso do sistema de armazenagem e transporte. É o contrário da socialização da agricultura e das intervenções governamentais, que se mostraram politicamente desastrosas onde e quando foram aplicadas.

Na visão de Simon, o futuro da alimentação do mundo ganha maior brilho com as luzes da manipulação genética das plantas e dos melhores métodos de irrigação, cultivo e fertilização. O problema é que, embora muitos desses métodos estejam disponíveis e sejam viáveis, eles ainda não alcançaram justamente os lugares do planeta onde o aumento da produção se faz mais necessário.

Tudo parece fazer crer que a discussão em torno da questão alimentar ganha novos enfoques. Enquanto as críticas que cercam o prognóstico de uma explosão demográfica sem controle possuem espaço certo na mídia, a verdade é que mais e mais alimentos podem ser produzidos com eficiência e menos gastos. Existem tecnologia e capacidade efetivas para isso, como observa Simon. As ONGs porém não acreditam nisso e rebatem dizendo que depender de sistemas agrícolas tão instáveis e insustentáveis como os ditados pelo modelo de revolução verde aplicado pelos americanos e europeus significa levar o mundo para a mais absurda insegurança alimentar.

Muita água vai rolar. Para os países fora do circuito do desenvolvimento na mesa de negociação internacional, a carta escondida na manga é a consciência de

Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial

Nós, chefes de Estado e de governo, reafirmamos o direito de toda pessoa a ter acesso a alimentos sadios e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação apropriada e com o direito fundamental de ninguém padecer de fome.

Prometemos consagrar nossa vontade política e dedicação comum e nacional de conseguir segurança alimentar para todos, bem como realizar um esforço constante para erradicar a fome de todos os países, com o objetivo imediato de reduzir o número de pessoas desnutridas à metade do nível atual, no mais tardar até 2015.

Consideramos intolerável que mais de 800 milhões de pessoas de todo o mundo, em particular dos países em desenvolvimento, não disponham de alimentos para satisfazer suas necessidades nutricionais básicas. Esta situação é inaceitável.

Reafirmamos que um quadro social, político e econômico pacífico, estável e propício constitui a base fundamental que permitirá a segurança alimentar e a erradicação da pobreza. A democracia, a promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, inclusive o direito ao desenvolvimento e participação plena e eqüitativa de homens e mulheres são indispensáveis para alcançar a segurança alimentar sustentável.

A pobreza é um fator importante no que diz respeito à segurança alimentar e ao progresso sustentável. A sua erradicação é fundamental para melhorar o acesso aos alimentos.

Os alimentos não deveriam ser utilizados como instrumento de pressão política e econômica. Reafirmamos a importância de cooperação e de solidariedade internacionais, assim como a necessidade de abster-se de aplicar medidas unilaterais, em dissonância com o direito internacional e com a Carta das Nações Unidas, que ponham em perigo a segurança alimentar.

Os signatários afirmam que estão convencidos de que diante do caráter polivalente da segurança alimentar se faz necessária uma ação nacional concentrada, junto com iniciativas internacionais eficazes para complementar e reforçar a ação nacional, e assumem os sete compromissos que se estabelecem no Plano de Ação, assegurando a vontade de adotar as medidas e prestar o apoio necessário para aplicar o Plano de Ação da Cúpula Mundial sobre Alimentação.

Plano de Ação

Como meta, o Plano de Ação prevê um esforço contínuo para erradicar a fome de todos os países, com a finalidade imediata de reduzir no mais tardar até 2015 o número de pessoas desnutridas à metade do nível atual, e efetuar uma avaliação na metade do período com o fim de determinar se é possível alcançar essa meta para o ano 2010.

Para obter essa meta, o Plano estabelece sete compromissos de ação, com as medidas necessárias para ser posto em prática, que são:

Compromisso 1 — Garantir um quadro político, social e econômico propício, destinado a criar as melhores condições possíveis para a erradicação da pobreza e a paz duradoura, sobre a base de uma participação plena e eqüitativa das mulheres e dos homens, que favoreçam ao máximo a consecução de uma segurança alimentar sustentável para todos.

Compromisso 2 — Aplicar políticas que tenham como objetivo erradicar a pobreza, a desigualdade e melhorar o acesso físico e econômico das pessoas em todo momento a alimentos suficientes e nutricionalmente adequados.

Compromisso 3 — Adotar políticas e práticas participativas e sustentáveis de desenvolvimento alimentar, agrícola, pesqueiro, florestal e rural, em zonas de alto e baixo potencial, que são fundamentais para assegurar um nível suficiente e confiável de alimentos em plano familiar, regional, nacional e mundial e que combatam as pragas, doenças e desertificação.

Compromisso 4 — Assegurar que as políticas de comércio alimentar, agrícola e de comércio em geral contribuam para fomentar a segurança alimentar para todos, através de um sistema de comércio mundial leal e orientado para o mercado.

Compromisso 5 — Prevenir e estar preparado para enfrentar catástrofes naturais e emergências de origem humana, e atender às necessidades transitórias e urgentes de alimentos, de maneira que se fomentem a recuperação, a reabilitação, o desenvolvimento e a capacidade para satisfazer as necessidades futuras.

Compromisso 6 — Promover a utilização ótima das inversões públicas para impulsionar os recursos humanos, os sistemas alimentares, agrícolas, pesqueiros e florestais sustentáveis e o desenvolvimento rural em zonas de alto e baixo potencial.

Compromisso 7 — Aplicar, vigiar e dar seguimento a este Plano de Ação em todos os níveis, em cooperação com a comunidade internacional.

que a agricultura dos EUA e da Europa se sustenta com base em pesados subsídios de quase 40% do valor da produção. Os dois blocos agem rapidamente e preparam-se para a adaptação às regras da OMC — Organização Mundial do Comércio — com a perspectiva de substituir barreiras tarifárias e subsídios a preços por formas indiretas de compensação aos produtores e restrições sanitárias.

As ONGs defendem o direito de cada país adotar as políticas necessárias para garantir o nível de auto-suficiência alimentar que julgue necessária sem sofrer retaliações da OMC ou dos países ricos. Elas afirmam que a alimentação é um direito humano básico e que todos devem ter acesso a qualquer momento a uma dieta equilibrada com alimentos de boa qualidade e em quantidade suficiente. Em outras palavras, considera-se que os alimentos são produtos demasiado importantes para a vida humana para serem considerados como simples commodities e ficarem sujeitos aos desígnios do mercado.

Diante das duas correntes em discussão — a da Cúpula e a das ONGs — a delegação brasileira terá de encontrar a linha estratégica de raciocínio para debater e impor as condições que melhor satisfaçam as necessidades do país. A principal delas é encontrar coerência que lhe permita defender o livre mercado, como fez na Cúpula, para depois ser contrária à posição norte-americana, por exemplo, de vetar a idéia dos alimentos com direito humano.

LUIZ ANTÔNIO PINAZZA

MILHO

Em busca do equilíbrio

A política agrícola aplicada ao milho no Brasil vem sendo submetida a uma série de marchas e contramarchas desde 1994. Revezando medidas de estímulo e de desestímulo a esta cultura, as autoridades parecem preocupadas em encontrar-lhe um ponto de equilíbrio sintonizado com o ritmo da avicultura de corte, preocupação que vem aumentando à medida que a carne de aves ocupa maior espaço no abastecimento de proteínas animais no país.

No ano-safra 1994/95, a área cultivada com o milho — 14,1 milhões de hectares — e a conseqüente produção recorde de 36,3 milhões de toneladas foram a resposta dos produtores ao estímulo ao plantio sinalizado pelo preço mínimo de R$6,32/60kg, considerado atraente. Com isso, o governo procurava garantir a oferta abundante do cereal, cuja importância crescia à medida que aumentava o consumo de carne avícola desde o início do Plano Real.

A conseqüente queda dos preços do grão ao longo de 1995 e a formação de grande estoque de passagem — elementos que, por si só, representavam considerável desestímulo aos agricultores — foram, já na temporada seguinte, reforçadas pela decisão governamental de desvalorizar nominalmente o novo preço mínimo em 5%. À época, essa diminuição foi justificada como uma correção, pelo fato de o preço mínimo da safra 1994/95 ter-se sobrevalorizado, uma vez que não se concretizara a esperada paridade entre a nova moeda e o dólar.

Essa manobra das autoridades obviamente reforçou a fria reação dos agricultores ao plantio da nova safra. A área cultivada em 1995/96 foi 6% menor do que a da safra anterior no Centro-Sul do país, região tradicionalmente responsável por cerca de 90% da produção da primeira e segunda safras. Com a posterior quebra localizada das safras gaúcha e catarinense devido a problemas climáticos, a colheita da primeira safra terminou sendo 14% menor do que a precedente, gerando um verdadeiro furor nas cotações do produto já no segundo trimestre do ano.

Receoso de que pudesse haver um efeito em cascata junto ao setor de rações e inseguro quanto ao eventual repasse que o segmento avícola pudesse forçar nos preços da carne, o governo novamente alterou a rota da política para o milho, colocando em prática um intenso programa de distribuição de estoques de milho no final do primeiro semestre do ano.

No entanto, como o volume do cereal estocado havia sido subestimado, e a demanda desaquecia-se à medida que a avicultura vinha freando seu crescimento mais fortemente do que se a julgava capaz, o efeito